

NOVEMBRO 2019

Diretor:
João Dias da Silva

Jornal
online

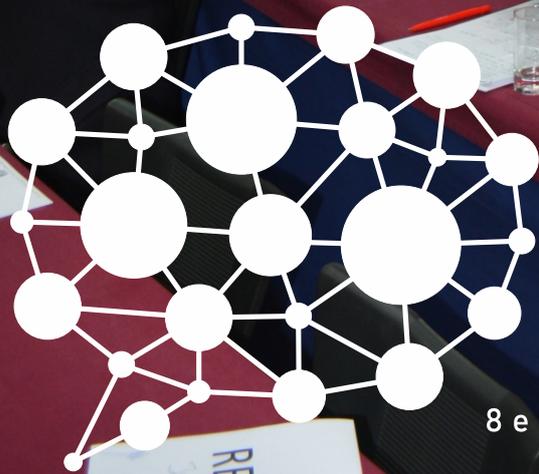
Federação Nacional
da Educação

fórum

P.3 À P.9

fne

MAIS UNIDOS E MAIS FORTES
POR UMA AÇÃO SINDICAL DE
REFORÇO DOS SINDICATOS E
VALORIZAÇÃO DAS PESSOAS



LISBOA

8 e 9 de novembro de 2019
Hotel Barcelona

e ditorial

CONTRARIAR UM INÍCIO DE LEGISLATURA SEM AMBIÇÃO

O Secretariado Nacional da FNE, reunido em Lisboa no dia 12 de novembro, fez a apreciação do Programa do Governo e concluiu que estamos perante um documento sem ambição e por isso incapaz de mobilizar as pessoas para projetos de mudança para uma sociedade mais inclusiva, mais rica e desenvolvida, mais sustentável.

Poder-se-ia dizer que um Programa de Governo, concebido para um período de quatro anos, e ainda para mais num quadro internacional fluido e numa economia aberta como a nossa, não poderia ser muito concreto e deveria ficar por formulações genéricas e razoavelmente aceitáveis para os portugueses.

Mas a nossa perspetiva é a de que um Programa de Governo deveria ser mais concreto e sobretudo mais mobilizador para objetivos que estrategicamente traduzam efetivas melhorias para as condições de vida das pessoas. É preciso que as pessoas sintam que se está a caminhar no sentido de que o trabalho que desenvolvem produz riqueza e que essa riqueza permite melhores serviços públicos na saúde e na educação, uma segurança social sustentável, a conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar.

Ora, é isto que não acontece com este Programa de Governo. E mesmo algumas formulações de objetivos a atingir aparecem de uma forma tão difusa que permitem as interpretações as mais diversas, e, por isso, mais incerteza e mais insegurança.

Em Educação, então, até algumas formulações, nomeadamente, por exemplo, sobre as carreiras especiais ou sobre as retenções dos alunos, conduziram às mais diversas interpretações, dúvidas e múltiplas críticas.

Precisamos de ser ambiciosos em educação: termos os profissionais mais valorizados e reconhecidos, e mais jovens; atingirmos os mais elevados níveis de formação - e de formação ao longo da vida - para sermos todos cidadãos livres, críticos e interventivos, e profissionais dotados das mais elevadas competências, e empenhados nos postos de trabalho.

Para isto são necessárias políticas novas, coerentes e congruentes.

Para a formulação destas políticas é necessária a convocação de todos os agentes educativos, através dos seus representantes legítimos, aos quais deve ser assegurada a capacidade de intervenção e de reconhecimento dos seus contributos.

Para este trabalho, a Sociedade portuguesa sabe que pode contar com a FNE. Saiba o Governo reconhecer o nosso contributo.



João Dias da Silva
Secretário-Geral

NESTA EDIÇÃO

P.2 - EDITORIAL | **P.10 À P.13** - RESOLUÇÃO: PROGRAMA DO ATUAL GOVERNO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO INSUFICIENTE PARA GARANTIR UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE | **P.14**- RESOLUÇÃO: POR UMA ADSE SUSTENTÁVEL | **P.15**- FNE COM O MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR | **P.16, P.17** - FNE ESTEVE REUNIDA COM GRUPOS PARLAMENTARES NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA | **P.18, P.19** - FNE CELEBRA DIA NACIONAL DO PESSOAL NÃO DOCENTE EM PONTA DELGADA | **P.20, P.21** - JOÃO DIAS DA SILVA, EM DEBATE EUROPEU, EM LISBOA: DIÁLOGO SOCIAL NÃO PODE SER UM RITUAL | **P.22** - FNE NO COMITÉ DO CSEE EM BRUXELAS | **P.23 À P.25** - REUNIÃO DO GRUPO CONSULTIVO | **P.26** - DIPLOMAS PUBLICADOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA NOVEMBRO DE 2019 | **P.27 À P.29** - +VANTAGENS FNE



fórum

MAIS UNIDOS E MAIS FORTES
POR UMA AÇÃO SINDICAL DE
REFORÇO DOS SINDICATOS E
VALORIZAÇÃO DAS PESSOAS

●
LISBOA
8 e 9 de novembro de 2019
Hotel Barcelona

SG da UGT no Fórum FNE 2019: "O que se tem feito aos professores é uma traição à Democracia"



O primeiro dia do Fórum FNE 2019 (8 de novembro) decorreu no Hotel Barcelona e promoveu a apresentação e debate de ideias sobre o tema "Mais unidos, mais fortes, por uma ação sindical de reforço dos Sindicatos e de valorização das pessoas".



A sessão de abertura esteve a cargo de Jorge Santos, Presidente da FNE e de Carlos Silva, Secretário-Geral (SG) da União Geral de Trabalhadores (UGT). O Presidente da FNE destacou o papel dos sindicatos na valorização dos trabalhadores e alertou que neste momento em que uma nova legislatura se inicia "é necessário colocar as pessoas a falar sobre os problemas da educação",

sublinhando a importância deste setor na sociedade.

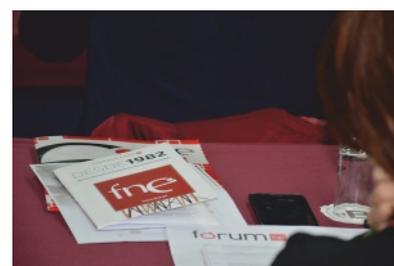


Já o líder da UGT começou por lembrar e agradecer o papel que os professores tiveram na sua vida e carreira, considerando que "é uma traição à democracia aquilo que tem vindo a ser feito aos professores. Onde está o espírito social que é uma virtude da democracia? A FNE pode contar com a UGT para dar voz neste caminho pela valorização e defesa dos profissionais da educação", finalizou.

Mafalda Troncho, Diretora do Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em Lisboa, liderou em seguida o debate sobre o

tema "A OIT nos seus 100 anos e a ação pelo trabalho digno".

A dirigente da organização que em 1959 recebeu o Prémio Nobel da Paz, começou por apresentar a missão e objetivos da OIT que passam por projetos em mais de 100 países e que visam reforçar a implementação das normas da instituição, a investigação, assistência técnica e apoio aos constituintes, assim como concretizar prioridades nacionais através de programas de trabalho digno específicos por país, além do apoio na implementação de políticas de desenvolvimento num clima de igualdade, dignidade e liberdade.



Em seguida, Mafalda Troncho apresentou alguns dos momentos históricos da OIT assim como a visão da organização sobre o futuro do trabalho, que assenta em três prioridades de ação: aumentar o investimento nas capacidades das pessoas; aumentar o investimento nas instituições do trabalho e aumentar o investimento no trabalho digno e sustentável, finalizando a sua participação lembrando que "quem desenha o futuro é a sociedade e não a tecnologia".

Seguiu-se um período de debate e questões que versaram temas como a forma como a OIT prevê gerir a relação com os sindicatos na questão da dignidade e valorização dos trabalhadores no futuro, o seu papel na CPLP e também quais as ideias para superar os desafios que a comunicação digital traz à sociedade.

A tarde do primeiro dia do Fórum FNE 2019 abriu com duas sessões paralelas.

Numa sala aconteceu o debate sobre "O regime jurídico dos trabalhadores não docentes – 20 anos depois; que desafios à intervenção sindical", com Carlos Guimarães, ex-Vice-SG da FNE e ex-Presidente do Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte (STAAEZN) e João Ramalho, Presidente do Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro (STAAEZC).

No lançamento da sessão foi reforçado pelo SG da FNE que a atual insuficiência de Trabalhadores Não Docentes não pode continuar a suceder, que nesta nova legislatura o papel destes seja respeitado e valorizado, pois os "Funcionários de escola também educam", algo que o Governo teima em esquecer e que é necessário recordar de várias formas nos próximos quatro anos.



João Ramalho fez depois uma apresentação relativa às dificuldades que os trabalhadores não docentes têm tido nos últimos anos para serem ouvidos pelo poder.

Foi ali referido o percurso realizado pela FNE com apresentação de um modelo de carreiras no início da anterior legislatura, mas a que o Ministério da Educação nunca deu seguimento para negociar, sendo ainda questionado o facto de o anterior Governo não ter aberto também negociações para o estabelecimento de carreiras dos trabalhadores não docentes.

Ficou claro nesta sessão que os trabalhadores não docentes fazem um balanço claramente negativo da anterior legislatura, sendo até referido que "nada aconteceu. Ninguém nos ouviu em qualquer ponto. Os trabalhadores não docentes vivem um autêntico drama

com este esquecimento hoje em dia nas escolas, onde são pedra fundamental no seu bom funcionamento".

Carlos Guimarães, após apresentar uma retrospectiva do percurso que levou à formação dos STAAE's e das lutas que levaram à negociação do Decreto-Lei 515/99, de 24 de novembro, deixou o alerta: "Precisamos urgentemente que abram negociações nesta matéria das carreiras e em outras. Temos de ser ouvidos e reconhecidos nas nossas preocupações, tais como a passagem de competências para as autarquias, olhar para o envelhecimento e cuidar da formação dos profissionais não docentes", rematou.





ECD continua a ser um marco de referência

Em paralelo, Conceição Castro Ramos, ex-Presidente da Comissão Interministerial de Regulamentação do Estatuto da Carreira dos Educadores e Professores dos Ensinos Básico e Secundário apresentava o tema "O Estatuto da Carreira Docente (ECD) – 30 anos e 17 revisões depois; que desafios à intervenção sindical".

A convidada começou por relembrar os eixos e princípios fundadores do ECD, que se baseavam na valorização profissional e social dos professores e melhoria qualitativa do exercício da função educativa, na estabilidade profissional, na relevância das qualificações, avaliação de desempenho e participação na decisão política.

Mas a aplicação do ECD, cujo processo de criação se estendeu por dois anos de negociações e que foi um projeto inédito de concertação entre os vários sindicatos da educação, passou já por várias mudanças onde se destacam 10 governos, seis ciclos político-partidários, 17 revisões e uma particularidade: três leis da Assembleia da República.

Tudo isto, segundo Conceição Castro Ramos, "provocou linhas de rutura na estrutura da carreira, na avaliação de desempenho, mas 30 anos e 17 revisões depois o ECD continua a ser um marco de referência e um instrumento apropriado no século XXI, pois é um esteio na valorização e qualificação profissional docente e os seus valores e princípios são fonte de inspiração e desafio por cumprir". A terminar ficou a ideia de que alguns dos grandes desafios do ECD para o futuro passam por cumprir a

estabilidade e uma equidade profissional no recrutamento, além de um reforço de presença no espaço público.

A plateia colocou depois algumas questões para debate que se centraram na adaptação do ECD aos tempos atuais e qual a melhor forma de articular os desafios sindicais que se aproximam com um ECD que já viveu tantas mudanças e que transcende uma linha histórica.



Vítor Hugo Sequeira, antigo Presidente do Sindicato de Trabalhadores de Escritório Comércio Serviços e Novas Tecnologias (SITESE) e da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços (FETESE) e antigo membro do Conselho Económico e Social Europeu foi o convidado para liderar o tema "O movimento sindical em Portugal depois do 25 de Abril; o papel e o lugar da UGT" e iniciou a sua participação fazendo uma resenha histórica sobre como Portugal geriu no pós 25 de Abril a criação de sindicatos, assim como o papel da UGT no movimento sindical português: "Em 1978, na sala do cinema Lumiar, em Lisboa, quando a UGT foi criada por 47 sindicatos (oito dos quais com estatuto de observador) sentia-se que as pessoas queriam uma sindicalização diferente, e a UGT quando surgiu permitiu aos trabalhadores prosseguir um caminho com uma organização que permitia um pluralismo sindical e um direito de tendência", acrescentando que "hoje posso dizer que sem a UGT o país seria mais pobre", tendo depois debatido algumas questões ligadas aos desafios que se impõe ao movimento sindical como a falta de negociação coletiva, a diminuição e

a dificuldade em sindicalizar trabalhadores, a necessidade de reinvenção dos sindicatos, assim como a independência dos sindicatos relativamente à Central Sindical e aos partidos políticos.

A fechar o primeiro dia do Fórum FNE 2019, "A negociação coletiva na Administração Pública e no setor privado na área da Educação – realidades e desafios" foi o assunto na mesa que contou com Sérgio Monte, SG-Adjunto da UGT e ex-SG do Sindicato Ferroviário de Revisão Comercial Itinerante (SITRA) e José Abraão, SG da Federação de Sindicatos da Administração Pública (FESAP) e do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública (SINTAP) como convidados.



O SG da FESAP deixou elogios à "cultura de negociação e compromisso que a UGT e os seus sindicatos defendem", reforçando depois alguns dos desafios à negociação coletiva e a necessidade de se lutar cada vez mais contra a precariedade dos Trabalhadores Não Docentes, apelando ao compromisso e à negociação.

Já Sérgio Monte começou por referir que "o Governo enquanto patrão tem de tratar bem os seus trabalhadores. Não o fazendo dá um mau exemplo que os privados podem vir a aproveitar cada vez mais", lançando em seguida a questão "vale a pena ser sindicalizado? Eu respondo que sim, mas deverão os sindicalizados e não sindicalizados ter os mesmos direitos ao nível das convenções? Este é um desafio para



debates futuros", dizendo a fechar que "a prioridade da UGT neste momento é a luta pela melhoria dos salários, mas sabemos que o Governo tem sempre uma agenda de ilusão para com os trabalhadores". A plateia lançou ainda à mesa questões à volta da pulverização sindical que se verifica em alguns momentos na atualidade e como combater a desvalorização da representatividade dos sindicatos nos acordos e como porta-voz dos trabalhadores.

Unidos na causa da Educação

O segundo dia do Fórum FNE 2019 (9 de novembro) abriu com o tema "Uma escola que se organiza e trabalha para os seus alunos e respeita os seus Profissionais", que contou com o autor de temas educativos Jorge Rio Cardoso, Jorge Ascenção, Presidente da Confederação Nacional das Associações de Pais (CONFAP) e Rosa Pedroso Lima, jornalista do Expresso, como convidados.



Jorge Rio Cardoso foi quem lançou a conversa matinal transmitindo primeiramente a mensagem de que o ensino deve ser atrativo e deve ir ao encontro do que o aluno gosta, pois na sua opinião "a escola deve ser um espaço de criação de sabedoria e é necessário criar um elo maior entre professor e aluno".

O autor de temas educativos disse ainda que "é importante educar as emoções, retocá-las quando as coisas não estão bem, de forma que se formem seres humanos equilibrados racionalmente", acrescentando a fechar a sua intervenção que se



motivarmos os jovens para a vida certamente teremos melhores alunos na escola. Nunca devemos desistir de uma melhor educação".

Já Jorge Ascenção reforçou a proposta que os professores devem ter mais autonomia nas salas de aula e perceber que a escola tem um papel tão ou mais importante às vezes que a família, pois defende que "esta pode ser uma forma de antecipar os problemas, evitando-os. Quanto mais perto estivermos dos alunos e das suas situações de vida, mais facilmente podemos perceber o que está mal e que pode criar problemas. E isso percebe-se através de determinados sinais que com atenção podemos perceber", concluindo dizendo que "a escola tem de ser um espaço de bem-estar, de partilha de pensamento, de inclusão e acima de tudo um lugar de liberdade e criatividade".



Rosa Pedroso Lima, jornalista do Expresso, recuou até 2008 para lembrar que nessa data se falava três vezes mais de professores do que de juizes, agricultores e médicos. Segundo a jornalista vivemos uma fase social onde mudou a perceção pública da educação: "As publicações de temas sobre educação reduziram, apostou-se apenas nas "breaking news" deixando de lado a investigação. A

mensagem dos sindicatos é considerada menos 'sexy' e menos lida também", referiu.

Depois, já em resposta a algumas perguntas da plateia, Rosa Pedroso Lima assumiu que os sindicatos têm um desafio pela frente que é o de se fazerem ouvir nos meios de comunicação, deixando uma recomendação: "É uma missão difícil. Fazerem-se ouvir não deve implicar perder os valores que o sindicalismo sempre teve e deve manter. Há coisas que considero serem boas, como por exemplo a criação de conteúdos internos por parte dos sindicatos. É lá que muitas vezes os jornalistas vão buscar material para criar notícia".



A finalizar este Fórum FNE 2019 aconteceu o painel de debate sobre os trabalhos realizados com a moderação dos dirigentes da FNE, Manuel Teodósio Henriques, Maria de Fátima Carvalho, Cristina Ferreira, Laura Rocha, Manuela Diogo, Libânia Maria Conceição e Eva Vidal, em que foi apresentado um resumo de todas as mesas de debate por cada relator, seguindo-se o discurso de encerramento do SG da FNE, João Dias da Silva, que realçou a importância deste evento no sentido do fortalecimento do movimento sindical e da maior preparação para os desafios que se aproximam no novo ciclo de política sindical, considerando que "só conseguimos dar uma imagem ainda melhor quando todos desde alunos, a professores, pais, docentes e não docentes se mostrarem unidos na causa da educação. Agora vamos para as escolas e para a ação sindical", terminou.

GALERIA DE FOTOS



fórum **fne**

MAIS UNIDOS E MAIS FORTES
POR UMA AÇÃO SINDICAL DE
REFORÇO DOS SINDICATOS E
VALORIZAÇÃO DAS PESSOAS

FNE entrega contributo a Dom Ximenes Belo



O Prémio Nobel da Paz Dom Carlos Ximenes Belo recebeu das mãos de João Dias da Silva, Secretário-Geral da FNE, a contribuição de cerca de dez mil euros, recolhida pelos sindicatos da FNE, destinada à reconstrução da Escola de Kelicai, em Timor-Leste, de que o antigo Bispo de Díli é patrono.

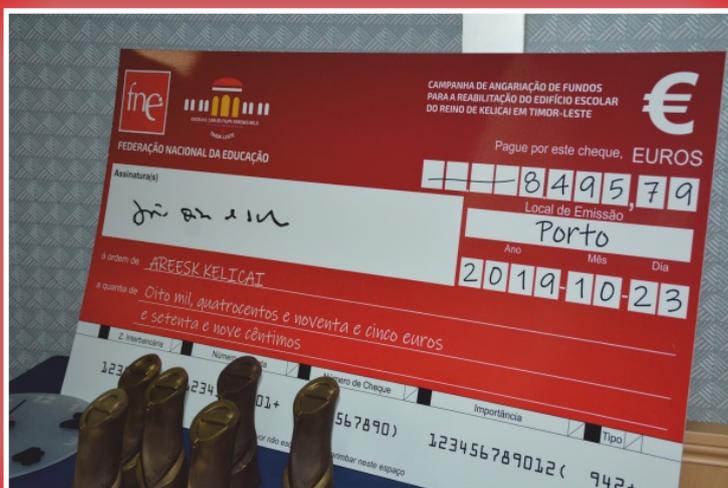
A cerimónia decorreu na manhã de sábado de 9 de novembro de 2019, a três horas do encerramento do Fórum FNE, no Hotel Barcelona, em Lisboa.

D. Ximenes Belo agradeceu o esforço e a solidariedade demonstrados pelos sindicatos da FNE nesta campanha, em prol

de uma iniciativa tão relevante para a área da Educação em Timor-Leste, de onde espera virem a sair para a Nação Timorense, e em geral para o mundo, muitos jovens cheios de valores humanos e de vontade de mudar o mundo.

Por seu lado, o Secretário-Geral da FNE sublinhou que colaborar na recuperação física da escola de Kelicai foi uma maneira de os sindicatos da FNE ajudarem D. Ximenes Belo a concretizar um sonho de muitos anos, pois foi nesta mesma escola, há anos em ruínas, onde ele estudou, aprendeu e brincou, a par da sua atividade de então como guardador de búfalos.

A FNE e os seus sindicatos congratulam-se por terem colaborado para esta causa e deixam um especial obrigado a todos os que realizaram o seu donativo.



RESOLUÇÃO:

Programa do atual Governo na área da Educação insuficiente para garantir uma Educação de qualidade

O Secretariado Nacional da FNE reuniu no dia 12 de novembro e aprovou por unanimidade a Resolução "Programa do atual Governo na área da Educação insuficiente para garantir uma Educação de qualidade":

Considerando que os profissionais de educação vivem e trabalham hoje num quadro complexo de enormes exigências e responsabilidades e ao mesmo tempo de enorme fragilidade;

Considerando que a ação profissional docente tem vindo a sofrer efeitos de vária ordem e dimensão que hoje se acumulam e que conduzem múltiplas investigações a debruçarem-se sobre o estado atual da condição docente e têm chamado repetidas vezes a atenção para situações muito concretas, a saber: envelhecimento muito generalizado dos docentes; diminuição drástica de jovens candidatos para os cursos de formação inicial; precariedade contratual inicial; falta de estabilidade profissional; falta de atratividade profissional e débil reconhecimento social da profissão; notório desgaste profissional e estado de exaustão emocional de uma parte muito grande dos docentes; aumento drástico da carga burocrática no desempe-

no profissional; congelamento do tempo de serviço e ausência de estímulos ao desenvolvimento na carreira; falta de planeamento prospetivo diante do envelhecimento dos profissionais; ou seja, sentimentos profundos de "falta de", de perda, de abandono social e político, de desconsideração;

Considerando que se vive um tempo de emergência, no que aos educadores e professores diz respeito;

Considerando a sistemática desatenção que é dada à situação dos Trabalhadores Não Docentes neste Programa do Governo, que se soma à falta de consideração e de adequado e específico enquadramento normativo sistematicamente denunciado pela FNE, para além do muito insuficiente sistema de formação contínua, aliado a um envelhecimento muito acentuado, que se torna ainda mais grave num quadro de generalizada falta de trabalhadores não docentes nas nossas escolas;

Considerando, ainda, que o momento requer que se ataquem os problemas estruturais, não com remendos e sugestões avulsas, mas antes que se proponha um reordenamento

profundo da situação, desde o modelo de acesso aos cursos de formação inicial, ao modelo de cursos desta mesma formação inicial, desde o modelo de indução profissional e de acesso à profissão, até ao acesso à carreira e ao desenvolvimento na mesma, desde o estatuto remuneratório até às condições de trabalho, redignificando, devolvendo o prestígio a uma profissão que é capital para o desenvolvimento humano de cada pessoa e para a reconstrução cultural de um povo, para além da revisão adequada da Portaria de rácios e o estabelecimento das carreiras específicas para os Trabalhadores Não Docentes.

O Secretariado Nacional da FNE, reunido no dia 12 de novembro de 2019, no Novotel, em Lisboa fez uma análise ao Programa do Governo, na área da educação que merecem as seguintes considerações:

Apreciação global

Numa apreciação global, o Programa do Governo, no que à educação diz respeito, é pobre em ideias e em ambição, para o necessário desenvolvimento do nosso sistema educativo e do progresso do país, assim como para a urgente necessidade de valorizar e dignificar, quer a profissão docente, da sua carreira e das suas condições de trabalho, quer dos trabalhadores não docentes.



De qualquer modo, a FNE reafirma a sua inteira disponibilidade para os processos negociais que forem necessários para definirem as soluções que forem adequadas ao desenvolvimento de um sistema educativo de qualidade.

Valorização da profissão docente

O Secretariado Nacional determinou que a FNE continuará a bater-se na presente legislatura por medidas tendentes a valorizar a profissão docente e que passam por:

- alterar o modelo de acesso à formação inicial de professores;
- atrair os jovens para a profissão de professor;
- promover o enquadramento profissional dos professores mais jovens, de forma que todos os novos docentes possam ter garantido um período de indução de dois anos letivos;
- promover o direito pleno à formação contínua, aos professores contratados;
- alterar a lógica da formação contínua de professores que se revela meramente administrativa, exigindo-se que seja de qualidade e do interesse dos docentes, salvaguardadas as condições para a sua frequência;
- combater a precariedade.

Condições de aposentação dos professores e rejuvenescimento do corpo docente

A FNE exige que o Governo reconheça a profissão docente como uma profissão de grande desgaste físico e psíquico, e que é fortemente marcada pela precariedade durante os primeiros 15 a 20 anos de exercício da docência, sujeita a mudanças constantes na organização



escolar e curricular exigindo adaptações permanentes a essas mesmas mudanças e submetida a uma enorme pressão, quer dentro, quer fora da escola.

Estabilidade do corpo docente e combate à precariedade

O Secretariado Nacional da FNE reafirma a urgência de medidas tendentes a minimizar o grau de precariedade e instabilidade do corpo docente.

Combate à violência e à indisciplina em contexto escolar

O Secretariado Nacional considera indispensável a determinação de medidas concretas de combate à violência e à indisciplina em contexto escolar, estabelecendo políticas de prevenção mas também de forte punição de agressores, e de proteção às vítimas.

Combater as desigualdades à entrada e à saída da escola

O Governo propõe um conjunto de medidas que aplaudimos e que visam a promoção do sucesso escolar e combate ao

abandono escolar, assim como, a criação de “um plano de não retenção no ensino básico, trabalhando de forma intensiva e diferenciada com os alunos que revelam mais dificuldades”.

São medidas fundamentais para combater as desigualdades sociais e tornar a escola como um instrumento eficiente de promoção do sucesso escolar e promotora de igualdade de oportunidades. Rejeitaremos, sim, se este objetivo for confundido com uma mera medida administrativa que resulte numa redução do número de professores. Mais do que preocupações com lógicas e razões economicistas, o que importa é que o Governo dote as escolas dos recursos necessários para um ensino mais individualizado para responder de forma eficiente ao ensino diferenciado.

O Secretariado Nacional da FNE estará atento ao desenvolvimento desta medida e a forma como irá responder às necessidades sentidas pelas escolas e pelos professores para que o desiderato do sucesso escolar e desigualdades no acesso a uma educação e ensino de qualidade se efetiva.

Atividades de enriquecimento curricular

A FNE defende que deve ser garantido que as artes visuais, a música, o teatro e a Educação Física/Desporto, com estas designações ou outras afins, devem ser abordados no espaço curricular do 1º ciclo, com professores habilitados profissionalmente. Desta forma o horário curricular dos alunos do 1º ciclo do ensino básico na escola seria alargado para as 30 horas semanais permitindo deste modo uma melhor articulação do tempo curricular e pedagógico com o conceito de escola a tempo inteiro.

As AEC, enquanto espaço de enquadramento dos alunos em atividades não disciplinares devem pertencer à responsabilidade de gestão do agrupamento/escola, tanto ao nível dos conteúdos, atividades, como do recrutamento e respetiva gestão dos recursos indispensáveis, sempre que os docentes da escola não assegurem essas atividades no quadro do serviço que lhes for distribuído.

Docentes do ensino superior

O Secretariado Nacional da FNE insiste na urgente necessidade de se criarem medidas que melhorem globalmente o ingresso e o desenvolvimento das carreiras do ensino superior, bem como medidas que permitam um rejuvenescimento do corpo docente, eliminando a precariedade dos vínculos laborais.

A FNE defende que o ensino superior é uma área vital para o desenvolvimento dos territórios de baixa densidade, devendo-se desenvolver ofertas formativas

nos diferentes territórios que possam contribuir para a fixação da população.

Trabalhadores não docentes

A FNE defende que os trabalhadores não docentes devem ter carreiras específicas associando-lhes os respetivos conteúdos funcionais, perfis de competência e referenciais de formação, bem como as respetivas condições de trabalho.

Devem ser determinados os mapas de pessoal das escolas não agrupadas e dos agrupamentos de escolas, integrando os técnicos superiores em quantidade e variedade específica de acordo com as respetivas necessidades, nomeadamente, entre outros: Juristas, Psicólogos, Enfermeiros, Assistentes Sociais e Educadores Sociais e definidos os mecanismos específicos de mobilidade interna no âmbito das escolas.

Deve ser definido o número de trabalhadores a afetar às diferentes carreiras e categorias, de acordo com as características dos agrupamentos de escolas e das escolas não agrupadas.

Deve ser aprovado anualmente o mapa de pessoal não docente de cada agrupamento de escolas e de cada escola que não pertença a agrupamento, com indicação dos postos de trabalho necessários, em função do cargo ou da carreira e categoria.

Devem ser elaborados os referenciais de formação, quer inicial quer contínua dos TND, em estreita articulação com os conteúdos funcionais a serem definidos, sem prejuízo de prosseguir as ações consideradas essenciais para a melhoria da

qualidade das funções exercidas. Deve ser respeitada a aplicação da legislação da avaliação de desempenho e respeito pelos prazos e tramitação por parte dos dirigentes das escolas e respetivos órgãos.

Investir na formação contínua dos não docentes

Investir na formação dos trabalhadores não docentes, a qual deve passar a integrar questões relativas ao stress, ao assédio e à violência no trabalho, higiene e segurança no trabalho, gestão de conflitos, trabalho em equipa, toxicodependência, minorias étnicas e necessidades especiais, e ser concretizada em horário laboral.

Ensino Português no Estrangeiro

O Programa do atual governo, no respeitante aos objetivos apresentados tendo em vista a valorização e divulgação da Língua Portuguesa, não evidencia qualquer modificação positiva ou progresso em comparação com o enunciado dos programas dos governos anteriores.

Utilizando expressões de caráter vago e sem nomear ações de caráter definido, torna claro que o ensino da Língua Portuguesa no estrangeiro, seja ele dirigido aos lusodescendentes ou aos estudantes oriundos dos países de acolhimento, continuará a não ser uma prioridade governamental nos próximos quatro anos.

Revela-se difícil de entender o significado da expressão "Renovar e modernizar a rede do EPE", visto a mesma ter atualmente apenas cerca de 50% da dimensão que se verificava em 2010.

Tendo além disso presente que o número de alunos do ensino paralelo no presente ano letivo é de menos mil do que em 2018/2019, ao que se vem juntar a perda de cerca de 10 mil alunos no ensino integrado, na transição do primeiro para o segundo ciclo, seria de esperar a apresentação de estratégias orientadas para a resolução deste problema, que porém não integram o documento em apreço.

A atual rede de cursos deveria ser alargada e melhorada, mas a "modernização" citada nada esclarece quanto a melhores condições de ensino no futuro.

A menção a melhorias no uso das tecnologias digitais e de educação à distância poderia ser vista como positiva, porém, dado que até ao momento atual se tem assistido à tentativa de instrumentalizar a mesma como elemento de substituição das aulas presenciais para alunos lusodescendentes e da nova emigração, sendo o ensino à distância unicamente disponibilizado aos dois grupos citados, mediante pagamento, é lícito temer que seja este o procedimento a ser aplicado no futuro.

Quanto à mencionada integração curricular do Português nos sistemas de ensino locais, uma intenção que sempre constou durante todos os anos da tutela do Ministério da Educação, sem nunca se ter concretizado, continua a não ser uma realidade, havendo até a assinalar alguma redução nos poucos cursos existentes nesta vertente. Porém, neste caso, é de fazer notar que o Português como disciplina curricular só poderá ser lecionada como língua estrangeira, o que leva a concluir

que, mais uma vez, o ensino do Português como língua materna e identitária para os filhos dos trabalhadores portugueses no estrangeiro, conforme preconizado na Constituição da República Portuguesa, continuará a ser considerado como matéria inferior.

Alem disso, a aparentemente desejada integração curricular contraria o objetivo seguinte, identificado como "maiores níveis de certificação das competências adquiridas", visto que uma disciplina de carácter curricular, neste caso o Português, não necessita de qualquer tipo de certificação.

Divulgar e promover internacionalmente a língua e cultura portuguesas é um objetivo louvável em todos os pontos, porém, tal nunca deveria ser feito à custa da perda de direitos dos alunos portugueses no estrangeiro, que continuam a ter de pagar a inconstitucional propina e os manuais para aprendizagem da sua língua e cultura de origem, enquanto que aos alunos estrangeiros, com

especial relevo para o caso da França e da Espanha, o governo proporciona e continuará a proporcionar, como se pode deduzir do programa atual, ensino gratuito do Português vertente língua estrangeira.

Mais uma vez, e dada prioridade ao ensino do Português língua estrangeira para alunos estrangeiros, a expensas do Governo, prejudicando as crianças e jovens portugueses no estrangeiro, e ignorando deliberadamente os direitos constitucionais que lhes assistem.

O programa do Governo em apreço ignora totalmente os docentes do EPE, não constando qualquer menção sobre as possibilidades de carreira dos mesmos no estrangeiro e as suas condições de trabalho, o mesmo sucedendo com questões relacionadas com formação.

Em resumo, estamos perante um programa que nada traz de novo relativamente aos alunos e ao ensino no EPE e que não reconhece sequer a existência dos respetivos professores.



Resolução aprovada, no dia 12 de novembro

Por uma ADSE sustentável

O Secretariado Nacional da FNE, analisou o último relatório da auditoria do Tribunal de Contas sobre a situação financeira da ADSE e considerou que:

O subsistema de saúde dos funcionários públicos está numa rota de prejuízos a partir do próximo ano de 2020;

E, se nada for feito, o défice anual, já a partir de 2020, será de 17 milhões de euros;

Os excedentes acumulados vão esgotar-se em 2026 e deixará de haver almofada para manter o funcionamento do subsistema de saúde;

As recomendações do Tribunal de Contas, feitas em 2015 e 2016, que visavam a sustentabilidade financeira da ADSE não foram implementadas;

Segundo o Tribunal de Contas, a ADSE é viável, mas para isso é necessário que o conselho diretivo do instituto público e os ministérios das Finanças e da Saúde “adotem medidas que garantam a manutenção da atratividade dos planos de cobertura em função da necessidade, capacidade e vontade de realização de receitas, e, não exclusivamente, da diminuição da despesa”.

O Secretariado Nacional da FNE deliberou:

1. Exigir do Governo e, principalmente, do Ministério das Finanças e do Ministério da Saúde a implementação já no ano de 2020 de soluções que permitam inverter a trajetória de défice em curso, entre as quais a abertura obrigatória da ADSE a todos os trabalhadores do Estado, independentemente da tutela ou do vínculo que os liga ao Estado;
2. Exigir que o Estado, as Regiões Autónomas e as Autarquias paguem a elevada dívida à ADSE por serviços que esta tem suportado e que deveriam ser suportados pelo SNS;
3. Que se repense, rapidamente o regime de isenções de pagamento de beneficiários;
4. Rejeitar qualquer aumento do valor já hoje pago pelos beneficiários;
5. Exigir esclarecimentos consistentes sobre as políticas de comparticipação dos medicamentos, nomeadamente aqueles considerados inovadores e destinados a doentes oncológicos, e ainda das que dizem respeito à forma como são autorizados os atos médicos, especialmente as cirurgias;
6. Exigir a anulação dos tempos de demora excessivos associados aos reembolsos dos utentes.



adse

FNE com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior



Uma delegação da FNE composta pelo Secretário-Geral João Dias da Silva, pelos Secretários-Nacionais António Sota Martins, José Luís Abrantes e Fernando Serra (SDPGL), reuniu a 26 de novembro de 2019, com o Secretário de Estado do Ensino Superior, João Sobrinho Teixeira.

Este encontro, solicitado pela FNE, serviu para manifestar a sua disponibilidade para um diálogo regular que permita partilhar as perspetivas sobre as melhores políticas para um Ensino Superior de qualidade em Portugal e também para apresentar ao Secretário de Estado os documentos "Roteiro para a Legislatura 2019-2023" e a Resolução "Programa do atual Governo na área da Educação insuficiente para garantir uma Educação de qualidade", ambos aprovados recentemente em

Secretariado Nacional, com propostas de medidas legislativas mais urgentes para o Superior.

A FNE apresentou à tutela as suas reivindicações para a nova legislatura e que passam por uma clarificação dos critérios de progressão remuneratória dos docentes do ensino superior público; pelo reforço da questão do financiamento ao ensino superior; melhorar e rejuvenescer as carreiras dos docentes; eliminar a precariedade dos vínculos laborais; desenvolver políticas que permitam o aumento do número de alunos que frequentam e concluem o ensino superior; eliminar as propinas, procurar uma definição para as fronteiras institucionais entre Universidades e Politécnicos e resolver a questão da falta de qualidade nas cantinas das Instituições de Ensino Superior (IES).

João Sobrinho Teixeira considerou que algumas questões, como a alteração da designação dos Politécnicos, podem servir para se fazer uma reflexão sobre o que devem ser as IES. No que se refere à qualidade das cantinas indicou que é necessário perceber como se pode fiscalizar melhor a situação. Sobre outras matérias, o Secretário de Estado assumiu que a redução das propinas não está nos planos do Governo, assim como dificilmente existirá um novo PREVPAP nesta legislatura. A terminar, a FNE vincou a sua posição no que respeita ao Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior, que considera essencial para uma Educação de qualidade.

A FNE considerou esta reunião positiva, com alguns sinais de confiança para o futuro das negociações de matérias sobre o Ensino Superior.

FNE esteve reunida com Grupos Parlamentares na Assembleia da República

Uma delegação da FNE constituída pelo Secretário-Geral, João Dias da Silva, pela Presidente do STAAESRA, Cristina Ferreira, e pelo Secretário-Nacional António Sota Martins, realizou durante o mês de novembro uma ronda por alguns dos Grupos Parlamentares dos Partidos representados na Assembleia da República.

A FNE começou nos vários encontros por manifestar aos representantes dos partidos a sua disponibilidade para o diálogo, partilha de opinião e expectativas em relação ao desenvolvimento das políticas de educação e das condições de

trabalho dos profissionais nas escolas, servindo esta iniciativa também para a apresentação do Roteiro para a Legislação da FNE, recentemente aprovado em Secretariado Nacional.

Foi ainda sublinhada pela FNE a sua preocupação em relação ao início atribulado deste ano letivo, marcado pela falta de professores que afeta milhares de alunos e a falta de Pessoal de Apoio Educativo (PAE), que tem levado ao encerramento de muitos estabelecimentos de ensino, no seu todo ou em parte.

A FNE demonstrou outras preocupações educativas que

constam da Resolução "Programa do atual Governo na área da Educação insuficiente para garantir uma Educação de qualidade", como a urgência da criação de uma carreira especial para o PAE, a recuperação total do tempo de serviço dos professores, o desafio ao Governo de terminar esta legislatura com 12 mil professores com idade abaixo dos 30 anos, a definição de um regime especial de aposentação e o rejuvenescimento do corpo docente, assim como a revisão do regime de concursos e a precariedade existente em docentes de todos os graus de ensino.



PCP

A deputada Ana Mesquita demonstrou um encontro de opiniões do PCP relativamente a muitas das situações apresentadas, tal como está expresso no programa eleitoral do seu partido. De salientar, ainda, a disponibilidade total do PCP para defender e encontrar soluções, no quadro da Assembleia da República, junto do Governo, visando a melhoria das condições de trabalho dos profissionais da educação e dos trabalhadores em geral.

PAN

Já Bebiana Cunha, que agora é membro da Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto no Parlamento, assumiu a partilha de preocupações do PAN com a maioria das matérias apresentadas pela FNE, salientando a importância do diálogo com os Sindicatos, para que se identifiquem os problemas e seja dado seguimento a essas questões junto do Governo, na Assembleia da República. O PAN quer garantir uma atuação mais consistente nas matérias de Educação, ajudando a ser parte da solução, questionando o Ministério da Educação em temas como a falta de alojamento para docentes, o apoio à mobilidade, a transferência de poderes para as autarquias, a recuperação integral do tempo de serviço e a insuficiência e precariedade do PAE nas escolas.

Os Verdes

Dulce Arrojado, assessora do Partido "Os Verdes", assumiu que estas não são questões novas para o Partido, pois já advêm da legislatura anterior, mas que acompanham com preocupação todos os problemas elencados pela FNE, assumindo não deixar cair a luta pelo "942", apesar da ausência de respostas do Governo, relativamente a uma proposta apresentada pelo Os Verdes onde era sugerida uma negociação envolvendo a aposentação nessa recuperação do tempo de serviço congelado. Para esta nova legislatura, o Partido ecologista revelou apostar ainda na requalificação das escolas, centrando-se na questão do amianto, situação que para este partido "demonstra bem a falta de investimento na educação nas últimas décadas".

IL

A Iniciativa Liberal, em estreia no Parlamento nesta legislatura, questionou a FNE relativamente a várias matérias. O deputado João Cotrim de Figueiredo procurou respostas para temas como os problemas com a aplicação do Estatuto da Carreira Docente (ECD), os mecanismos de regulação da carreira dos professores, assim como a burocracia a que os docentes estão sujeitos diariamente nas escolas, a questão dos Professores de Português no Estrangeiro, as retenções e a situação que se verifica atualmente do PAE nas escolas. A todas estas questões a FNE deu respostas que colaboram para o melhor enquadramento possível da Iniciativa Liberal sobre o atual estado da educação em Portugal.

CDS

O CDS, representado pela deputada Ana Rita Bessa, sublinhou que existem várias matérias que vêm do Governo anterior, situação que preocupa o Partido, pois vê no programa desta nova Legislatura "uma continuidade dos problemas". Ana Rita Bessa defendeu ser necessário procurar saídas para a recuperação total do tempo de serviço, para a mobilidade e contratação de professores, para o PREVPAP e para a procura de uma solução mais indicada para o cálculo do rácio de Não Docentes nas escolas, cuja fórmula atual nas suas palavras "não resulta".

PS

Os representantes do PS partilharam da ideia de que existe muito trabalho para fazer nas escolas, sublinhando que existe da parte do Partido uma procura por soluções relativamente a algumas matérias, como a melhoria do mecanismo de recrutamento de docentes, referindo ainda a necessidade de criação de um apoio mais técnico a nível regional, junto das escolas. Sobre o tema do rácio do PAE, o PS concordou com a FNE, que defende uma maior autonomia das escolas neste cálculo, sendo para isso necessário existir uma autêntica confiança nos estabelecimentos de ensino, para uma efetiva adequação do PAE ao número de alunos.

A terminar, o deputado Porfírio Silva deixou uma palavra para o papel dos sindicatos na defesa dos trabalhadores, considerando que o conhecimento que as forças sindicais têm do terreno e uma reivindicação responsável não podem ser desprezados pelos Partidos.

Esta iniciativa vai prosseguir durante o mês de dezembro com a FNE a ter já agendadas reuniões com os Grupos Parlamentares do PSD, BE e Livre.



Dia Nacional

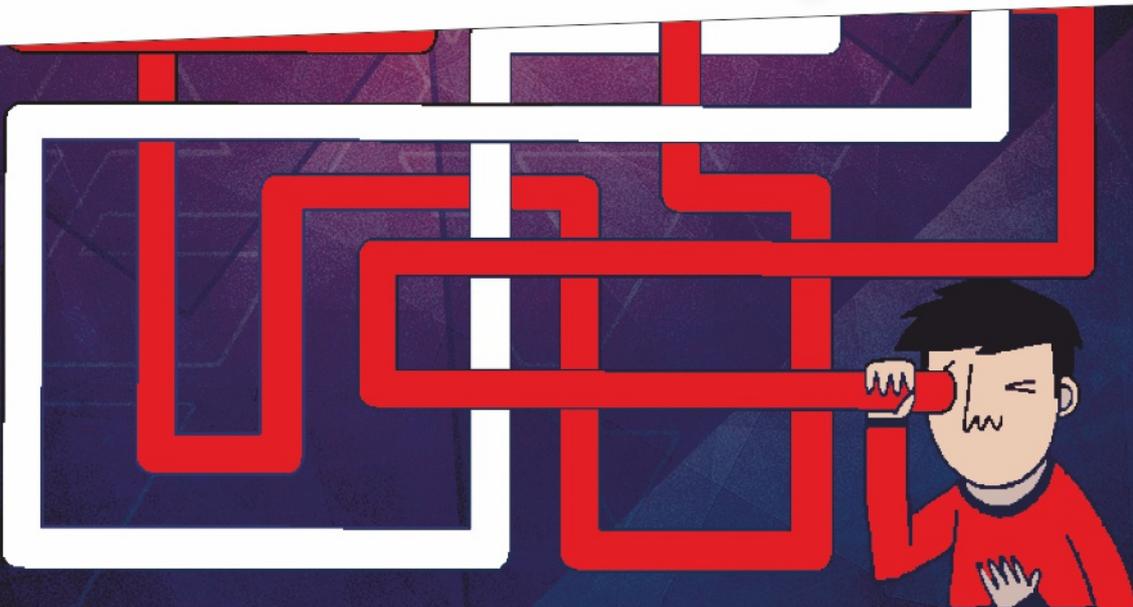
Pessoal Não Docente

23 Nov. 2019

Azoris Garden Hotel
Ponta Delgada



ESTATUTO DO PND
20 anos depois
DL 515/99 de 24 de novembro



FUNCIONÁRIOS
de ESCOLA
TAMBÉM EDUCAM 

SINE
ZONA NORTE

SINE
ZONA CENTRO

SINE
SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS

FNE celebra Dia Nacional do Pessoal Não Docente em Ponta Delgada



O Secretário-Geral (SG) da FNE, João Dias da Silva, marcou presença na conferência comemorativa do Dia Nacional do Pessoal Não Docente (PND), sobre o lema “Estatuto do PND, 20 anos depois”, que decorreu no dia 23 de novembro, no Azoris Garden Hotel, em Ponta Delgada, nos Açores, organizado pelo STAAE Sul e RA (Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação Sul e Regiões Autónomas), representado pela sua Presidente Cristina Ferreira, com a colaboração do SDPA - Sindicato Democrático de Professores dos Açores.

Este evento contou com a presença do Diretor Regional da Educação e Cultura do Governo dos Açores, Rodrigo Augusto Morais dos Reis, e teve o seu momento especial na apresentação das conclusões do “Estudo Sobre o Pessoal de Apoio Educativo”, levada a cabo pela Doutora Lúcia Miranda (STAAEZN/FNE), seguida por uma intervenção alusiva aos trabalhadores não docentes, a cargo de Nuno Cardoso Dias, em representação das associações de pais.

A respeito da concretização de um plano relativo à formação, Cristina Ferreira afirmou que “formação é uma palavra-chave”, e que na reunião que aconteceu com o Secretário Regional da Educação e

Cultura do Governo dos Açores, Avelino de Freitas Menezes (na foto), tinha sido bem recebida a intenção do seu sindicato de criar um projeto formativo contínuo para o PND nos Açores.

A Presidente do STAAE Sul e RA garantiu ainda “a passagem desta ideia para o papel, de forma que seja submetida à Secretaria Regional de Educação de modo efetivo”.

Já o SG da FNE, João Dias da Silva, defendeu ser fundamental a valorização do trabalho do PND nas escolas, deixando ainda duas medidas para este objetivo ser alcançado: “Primeiro que tudo, é preciso identificar as necessidades concretas de cada escola, de forma que lhes seja atribuído o número de trabalhadores que lhes é indispensável, tendo sempre em conta os contextos e realidades de cada uma. E depois temos um problema, que transcende várias outras profissões, que é o crescimento da idade média dos não docentes, o que faz com que estejam mais vezes com doenças, algumas de caráter prolongado”.

A fechar esta conferência, em dia de comemoração nos Açores, João Dias da Silva insistiu que “é necessário criar mecanismos flexíveis para que estes trabalhadores sejam rapidamente substituídos”.



João Dias da Silva, em debate europeu, em Lisboa: Diálogo Social não pode ser um ritual



O Secretário-Geral da FNE, João Dias da Silva, afirmou em 21 de novembro de 2019, em Lisboa, que um Rendimento Mínimo Adequado na Europa, adaptado ao nível de vida de cada país, está no horizonte do Conselho Económico e Social Europeu (CESE), de que é membro, no âmbito de um quadro vinculativo, com o objetivo de assegurar a coesão social e territorial e de distribuir os rendimentos de forma equitativa.

João Dias da Silva integrava um painel de debate com parceiros sociais europeus, formado por Maxime Cerutti (BusinessEurope), Jeanette Grenfors (CEEP),

Oscar Molina (Universidade Autónoma de Barcelona) e Peter Scherrer (CES – Confederação Europeia de Sindicatos), na Conferência Final do Projeto Aumentar a Eficácia da Articulação do Diálogo Social na Europa, concentrado na Eslováquia, Estónia, Irlanda, França, Portugal e Suécia, coordenado pelo Centro para o Estudo das Políticas Europeias – CEPS.

Na prática, os promotores deste projeto procuram entender como é que os resultados desse Diálogo Social (DS), quer bipartido (entre empregadores e sindicatos), quer tripartido (entre empregadores, sindicatos

e Governo), são efetivamente aplicados nas práticas laborais, em prol de melhores condições de vida e de trabalho dos trabalhadores.

João Dias da Silva sublinhou que “não queremos um DS que seja apenas um ritual, e sim um DS com resultados práticos e efetivos na vida dos cidadãos”. Em seu entender, é necessária uma cultura de DS em todos os países e uma melhor coordenação entre setores e níveis de DS (europeu, nacional, regional, local), no sentido de eliminar barreiras de permeio.

Para o Secretário-Geral da FNE, as organizações têm de ser representativas, é urgente criar-se um quadro jurídico para acompanhamento dos diversos níveis de DS e torna-se fundamental melhorar o processo do Semestre Europeu, que é “um desafio permanente à efetividade do DS no espaço europeu”.

Por sua vez, Joaquim Santos, da Comissão Executiva da FNE, participou num painel sobre a articulação do DS ao nível setorial europeu da educação, em substituição de Susan Flocken, Diretora europeia do Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE).

Além do setor da Educação, este painel incluiu ainda a Saúde (John Delamere – HSE/HOSPEEM), o Comércio (Christiaan Boiten – Eurocommerce) e a Construção (Ricardo Gomes – FEPIOP/FIEC).

Representante de Portugal no Diálogo Social Setorial Europeu da Educação (ESSDE, na sigla inglesa), um diálogo bipartido entre sindicatos (CSEE) e empregadores europeus (EFEE) da educação, o dirigente da FNE começou por lembrar que os Comités do Diálogo Social Setorial Europeu são sobretudo

fóruns para debater e chegar a um acordo sobre como melhorar as condições de trabalho e as relações industriais nos respetivos setores.

Os resultados podem ser Acordos vinculativos, acordos não juridicamente vinculativos e pareceres e instrumentos conjuntos, destinados a influenciar as políticas europeias e a ajudar a partilhar conhecimentos entre os países.

Para Joaquim Santos, existem três áreas principais em que o DS setorial pode agir: influenciando os sindicatos europeus da Educação, garantindo que as opiniões do setor sejam ouvidas fora do seu próprio limite setorial, bem como em todas as áreas de política (por meio de consultas e de ações autónomas), e finalmente na negociação de acordos para implementação.

Quanto à transposição do DS europeu para o nível nacional, o dirigente da FNE mencionou desafios de índole vária, acrescentando que “não se pode tratar de um processo de copy-paste, uma vez que obriga os parceiros a outras especificidades e desafios”.



O CSEE representa 132 sindicatos da educação em 51 países, na maioria dos quais há constrangimentos, de ordem vária, no que que respeita a um DS efetivo, com resultados, ou à própria existência desse DS.

Joaquim Santos recordou que em dois países (Hungria e Roménia) as Recomendações da Comissão Europeia, no âmbito do Semestre Europeu, ciclo de 2017-2018, se referiram a uma necessidade geral de melhoria da qualidade do DS, explicitando no caso romeno “uma urgente melhoria no seu próprio funcionamento”.

Questionado sobre quais seriam os temas mais fortes para o Programa de Ação do Diálogo Social Setorial Europeu da Educação para 2020 – 2021, o dirigente da FNE mencionou os seguintes: 1) A Promoção do DS nos seus diferentes níveis; 2) Tornar a profissão e condição docentes mais atrativas (envelhecimento, recrutamento de jovens professores, escassez de professores qualificados); e 3) Uma Educação mais inclusiva, na linha da Declaração de Paris de 2015 (migrantes, refugiados, multiculturalismo, valores comuns, cidadania, democracia ou literacia dos media).



FNE no Comité do CSEE em Bruxelas



Nos dias 5 e 6 de novembro de 2019, reuniu o Comité do CSEE (Comité Sindical Europeu para a Educação) em Bruxelas, para debater e deliberar os assuntos relacionados com as atividades e políticas desenvolvidas por esta organização. Durante a reunião foi dado conhecimento da atividade dos vários grupos de trabalho - Ensino Superior, Comissão de Mulheres, Comité da igualdade -, tendo sido apresentados os respetivos relatórios. Apresentaram-se também as conclusões do 8º Congresso da Internacional da Educação (IE), de julho de 2019, em Banguecoque e os principais desafios para esta organização mundial para os próximos quatro anos, sob a coordenação do Secretário-Geral, David Edwards.

Relativamente aos temas de debate e discussão abordaram-se os temas relativos à presidência finlandesa da União Europeia (UE), à Educação e Formação 2030, à Igualdade na Educação e nas organizações sindicais, à Educação Inclusiva (projeto CONVINCE), à Educação e Desenvolvimento, ao BREXIT, ao Diálogo Social Europeu e à Governança Económica da UE (também conhecida pela designação de Semestre Europeu).

Este ponto da agenda foi um dos mais participado, já que se debateram as diferentes possibilidades e

estratégias a desenvolver pelo CSEE. Apresentaram-se as planificações, calendário e os projetos em curso, referindo que a expectativa para o próximo ano é a duplicação das atividades e do orçamento alocado pela UE aos projetos do CSEE, permitindo uma maior intervenção e participação de dirigentes sindicais nas atividades e temas em desenvolvimento.

Aprovou-se por unanimidade o Relatório de Contas e ainda vários relatórios relativos a ações e projetos em curso, de forma que se apresentem os resultados à IE e às organizações membro e que se desenvolva o trabalho necessário para concretizar o Plano de Atividades. Foi confirmada a Conferência entre Congressos, a realizar entre 30 de novembro e 3 de dezembro de 2020, em Lisboa, pelo que as federações sindicais portuguesas

membros do CSEE terão um papel fundamental na sua preparação, organização e desenvolvimento.

A possibilidade de decidir e debater os assuntos apresentados permitiu-nos contribuir com as nossas propostas e comentários, conferindo aos professores portugueses a possibilidade de partilhar as suas preocupações e reservas, face a um constante desinvestimento e degradação das condições de trabalho, a uma pressão enorme no sentido de mercantilizar a educação e anular a autonomia profissional e pedagógica dos docentes.

Numa Europa que se quer mais competitiva e desenvolvida, a aposta na educação de qualidade e na atratividade da Profissão Docente continua a ser o garante de um desenvolvimento económico e social, fundamental para a construção de uma Europa mais social e mais solidária.

O CSEE representa todos os professores da zona europeia na IE e é o órgão representativo das Federações Sindicais do Setor da Educação, que desenvolve o Diálogo Social com a União Europeia e as associações de empregadores europeus da educação (EFEE), e em que Portugal está representado pela FNE, no atual mandato, por Alexandre Dias.





Projeto de Aprendizagem ao Longo da Vida em Liubliana

Reunião do Grupo Consultivo

O projeto europeu “Aprendizagem ao Longo da Vida para todos: Parceiros sociais na educação, promovendo um Ensino e Formação Profissional (EFP) inclusivos e de qualidade para melhorar a aprendizagem ao longo da vida para todos”, que junta sindicatos (Comité Sindical Europeu na Educação - CSEE) e a Federação de Empregadores da Educação (EFEE) - a FNE e a ANESPO, em Portugal -, prosseguiu com a segunda reunião do Grupo Consultivo (GC) no dia 4 de novembro de 2019 e com o II Seminário de Atividade Entre Pares, nos dias 5 e 6 do mesmo mês, ambos em Liubliana, capital da Eslovénia.

A reunião do GC abordou os resultados esperados deste projeto (como é que sindicatos e empregadores da educação podem incentivar a motivação intrínseca dos seus membros para desenvolverem o diálogo social e a participação numa aprendizagem ao longo da vida), a questão dos cheques de formação, o estado da educação em cada país, como promover a inclusão dos grupos mais vulneráveis e como disseminar e

aproveitar, da melhor forma, as boas práticas, no respeitante ao papel dos professores, formadores, diretores, escolas, alunos e pais.

Outra questão debatida foi sobre como colocar os resultados finais do projeto na mesa do Diálogo Social Setorial Europeu da Educação (ESSDE, em inglês), entre CSEE / EFEE e a própria Comissão Europeia. Ficou acertado que estes dois parceiros sociais iriam redigir um documento político em forma de Recomendações, a levar à reunião do plenário do ESSDE de 20 de outubro de 2020, em Bruxelas. O texto das recomendações já incluirá as conclusões dos seminários de Berlim (26 e 27 de maio 2020) e da Finlândia (24 e 25 de setembro 2020).

Esta reunião do GC visou ainda preparar o II Seminário de dois dias de 5 e 6 de novembro e de planificar algumas atividades que se irão desenrolar até à conferência final do projeto, com data marcada para 8 de dezembro de 2020, em Bruxelas. Entretanto, foi acertada em definitivo a data de 17 e 18 de

fevereiro de 2020 para o seminário em Portugal, da responsabilidade da ANESPO, a decorrer em Viana do Castelo ou no Porto.

O GC do projeto integra 14 elementos: dois sindicatos filiados no CSEE (a FNE, representada por Joaquim Santos) e o AOJ da Finlândia (representada por Inkeri Toikka); dois elementos do MBO Raad (empregador holandês, que gere o projeto); seis países filiados na EFEE: Alemanha, Eslovénia, Finlândia, Irlanda, Portugal e Roménia); dois membros do Secretariado do CSEE e dois da EFEE. Também presente na reunião do GC esteve a espanhola María Gisèle Royo, da Jurandur, que desenvolve capacidades a nível de audiovisuais.



Integrar os (e)migrantes na escola e na sociedade

Nos dias 5 e 6 de novembro de 2019 decorreram as atividades previstas para o II Seminário do projeto europeu “Aprendizagem ao Longo da Vida para todos: Parceiros sociais na educação, promovendo um Ensino e Formação Profissional (EFP) inclusivos e de qualidade para melhorar a aprendizagem ao longo da vida para todos”, organizado pelos empregadores de Liubliana, com um foco muito especial na integração de migrantes e refugiados.

O dia 5 de novembro começou no Centro de Educação Pública (para jovens e adultos) de Cene Stupar, em Smartinska, com uma apresentação do sistema educativo esloveno por Nives Pockar, diretora de uma escola na capital e membro representante do seu país no Diálogo Social Setorial Europeu da Educação (ESSDE), pelos empregadores da educação (EFEE). De seguida, Katja Potocnik mostrou exemplos de boas práticas na integração inicial de migrantes na sociedade local.

O Centro de Cene Stupar, com umas ótimas instalações e muito boas práticas no ensino da língua e cultura eslovenas, tem 150 professores contratados em part-time, 32 funcionários e mais de oito mil alunos por ano, com incidência em migrantes adultos. Financiado pela

municipalidade de Liubliana, é uma das maiores organizações do género na Eslovénia e colabora com várias escolas de ensino regular. A educação que proporciona é gratuita para os participantes. As aulas de literacia do nível 1 ao nível 4 são compostas por estudantes recém-chegados da Síria, Turquia, Eritreia, Paquistão ou Afeganistão. As turmas do nível 5 ao nível 9 consistem principalmente de adolescentes da Albânia, Kosova e Sérvia, filhos de emigrantes que trabalham na Eslovénia.

A educação não é obrigatória para os requerentes de asilo, mas quem tem esse estatuto precisa de frequentar os cursos de línguas. A escola primária está aberta para migrantes e para locais, assim como para ciganos. Por seu lado, a escola secundária é frequentada principalmente por estudantes da Eslovénia. O ensino para todas as gerações começou em 2017. As aulas ocorrem de manhã e à tarde e o financiamento vem do Ministério dos Assuntos Sociais. Os cursos da escola primária são grátis e facultativos, mas os cursos profissionais cursos são pagos.

Existem 600 refugiados em Cene Stupar. Para requerentes de asilo económico, não é obrigatório seguir os cursos. No entanto, a educação



para menores de 15 anos é obrigatória. Entre os 15 e os 18 anos os alunos devem seguir os cursos de idiomas à sua disposição. Os detentores de estatuto de refugiado seguem 400 horas de cursos de idiomas e também recebem apartamento e 700 euros por mês, durante três anos. Como durante este período ganham mais que as pessoas que trabalham eles optam por não trabalhar e, por norma, só o fazem quando cessam os benefícios sociais, ou então abandonam a Eslovénia. Os migrantes que vieram para a Eslovénia depois de 2015 geralmente não permanecem na Eslovénia, seguindo para outros países.

A Eslovénia tem dois milhões de habitantes e 600 migrantes, que chegam lá essencialmente para pedir asilo. Os mais qualificados rumam depois, entre outros, à Alemanha, Bélgica, ou à Suécia. Os migrantes são divididos em três grupos: **1) antes de 2015:** na maioria da ex-Jugoslávia e Albânia: recebem 700€, sem impostos e querem trabalhar; **2) depois de 2015:** pedidos de asilo: ficam 9 meses e não se sabe se vão ficar ou para onde irão: fazem trabalhos manuais com couro, cestas e outros; **3) Em Busca de Proteção:** têm 300 horas de proteção, podem ficar por 18 meses e o governo paga alojamento; por norma não permanecem na Eslovénia.



A educação de adultos não é gratuita na Eslovénia e é maioritariamente financiada por fundos europeus. Se as pessoas estiverem matriculadas no serviço de emprego este paga o ensino profissional. Os professores de Cene Stupar insistem que a integração é um processo bidirecional e é indispensável que os migrantes e imigrantes tomem a iniciativa da sua própria integração. O seu país tem quatro planos nacionais, em três Ministérios, mas só este ano começaram a colaborar entre si. Como nos confidenciou um professor: “Há dinheiro, mas é ainda difícil descobrir que subsídio é aplicável a que iniciativa. É necessária uma melhor cooperação”.

Em seguida, os elementos deste projeto visitaram as instalações do Centro Cene Stupar e contactaram com várias turmas de alunos adultos, muitos deles migrantes oriundos de várias latitudes. Numa das salas, havia um casal, marido e mulher, que nos perguntaram de onde éramos. “De Portugal”, respondemos. Logo ele: “Portugal amigo de Arafat”. E abriu as fotos do telemóvel, cheias de fotografias dele com Arafat e outros seguranças pessoais. “Fui segurança de Arafat durante vários anos. Quatro companheiros meus ficaram sem pescoço na guerra. Querem que eu seja vosso segurança pessoal?”, perguntou, provocando risos e sorrisos de sua mulher, de olhar doce, e sentada a seu lado. “Temos sete filhos e aqui estamos a aprender esloveno”, retorquiu ele, sentando-se depois. O professor era de origem árabe lá recomeçou a aula pouco depois.

O programa continuou, incidindo de seguida com a questão da integração no mercado de trabalho. Um dos problemas com os imigrantes turcos e albaneses tem que ver com o facto de as mulheres serem extremamente dependentes dos maridos. Um outro constrangimento diz respeito à dificuldade em lidar com pessoas cheias de traumas (mais as mulheres), de desmotivação, com hábitos



culturais muito diversificados. No entanto, para os professores do Centro o “talvez o maior problema seja as altas expectativas que esta população tem”, e que depois não se tornam, na maioria dos casos, realidade.

Quanto a desafios, o nosso guia nesta visita mencionou adaptar as competências deles a um certo trabalho, mais professores especialistas no ensino da língua eslovena (“mesmo as pessoas com qualificações superiores não falam esloveno”), a validação das competências que eles trazem, mais flexibilidade no apoio do Governo, terem um sistema mais “duro” com os migrantes, gerir as expectativas de todos eles e tentar com que as múltiplas atividades de lazer das ONG não retirem os migrantes da frequência das escolas.

O seminário contou ainda com a participação de algumas organizações eslovenas, como a Filantropia Eslovena e o Centro para o Diálogo Intercultural, que têm imenso trabalho nesta área. Relevante foi também a participação de Magdalena Mustar Pecjak, do SVIZ, um sindicato de educação esloveno, de ciência e cultura para todos os níveis de ensino, da escola primária à universidade. O SVIZ tem 1/3 dos professores e educadores sindicalizados de todo o país, sede em Liubliana e 27 comités regionais. O papel do SVIZ na aprendizagem ao longo da vida respeita à organização de seminários para professores, sobre todos os tipos de assuntos

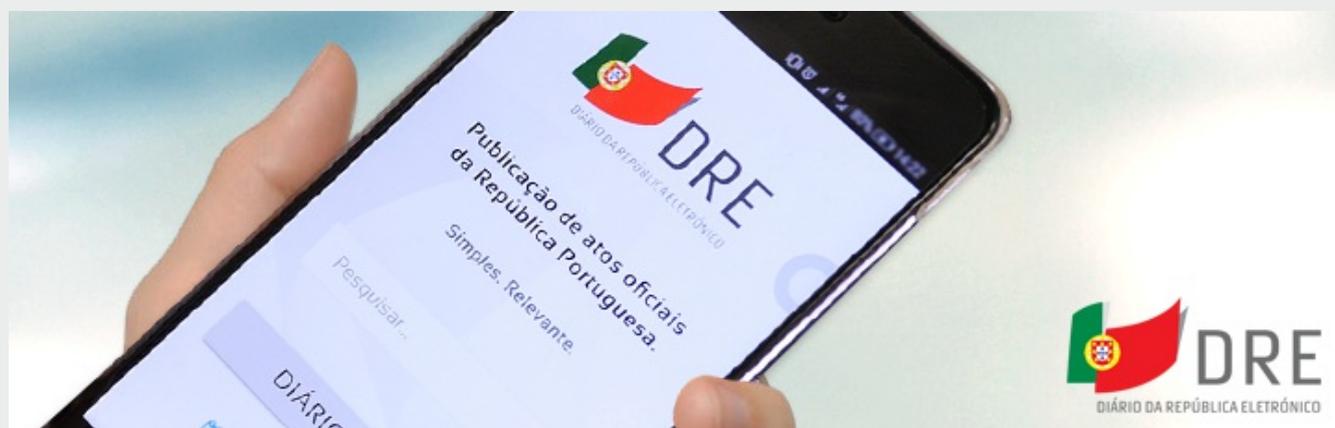
relacionados com Educação e condições de trabalho, além de debates e negociação com os vários tipos de empregadores.

No segundo dia do seminário houve um debate sobre a situação da Aprendizagem ao Longo da Vida na Eslovénia e em todos os países participantes, uma comunicação sobre a integração dos migrantes, vista pelos olhos de um inspetor da educação, uma outra sobre a integração e educação dos filhos dos migrantes e, finalmente, uma excelente apresentação sobre o “MIPEX e outros índices de integração” (www.mipex.eu) – ou seja, o Index de Políticas de Integração de Migrantes, que coloca Portugal em segundo lugar (2015) em 38 países, logo a seguir à Suécia (www.mipex.eu/portugal). Houve ainda lugar a uma apresentação de uma representante do Ministério da Educação esloveno.

No final, Nives Pokar e Barbara Novinec, organizadoras deste seminário, concluíram que ainda há muito que fazer na Eslovénia e que os Ministérios e outras organizações devem trabalhar melhor em conjunto, porque “é importante cuidar de todos que vêm para a Eslovénia, também no sistema educativo”. Para elas, é fundamental investir no conhecimento e na qualificação das pessoas, campo em que o Diálogo Social pode produzir muitos frutos.

O representante da FNE neste projeto é Joaquim Santos.

Diplomas publicados em Diário da República novembro de 2019



[Despacho nº 10041/2019](#)

[DR nº 213/2019](#)

[Série II de 2019-11-06](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Educação, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Planeamento - Gabinetes dos Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, da Educação, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e do Planeamento
Alteração ao Despacho nº 2906-A/2015, de 20 de março, que determina a composição da Comissão de Acompanhamento do Programa Operacional Capital Humano.

[Regulamento nº 872/2019](#)

[DR nº 217/2019](#)

[Série II de 2019-11-12](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.
Regulamento dos Laboratórios Associados.

[Aviso nº 18428/2019](#)

[DR nº 222/2019](#)

[Série II, 2019-11-19](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Direção-Geral do Ensino Superior

Torna pública a determinação de a documentação fundamental do Instituto Superior de Comunicação Empresarial ficar à guarda do Instituto Politécnico de Lisboa.

[Decreto-Lei nº 167/2019](#)

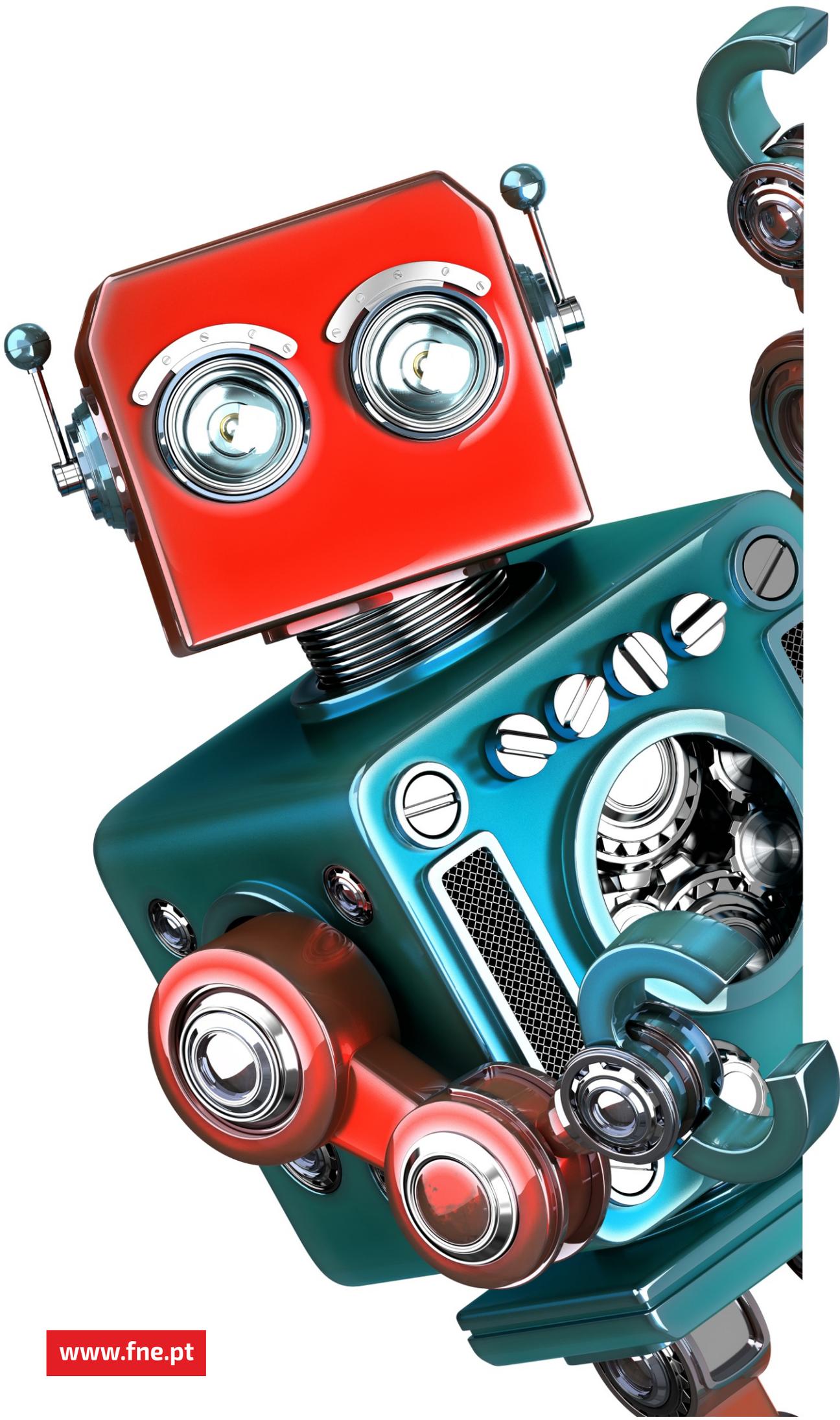
[DR nº 224/2019](#)

[Série I, 2019-11-21](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Atualiza o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2020.





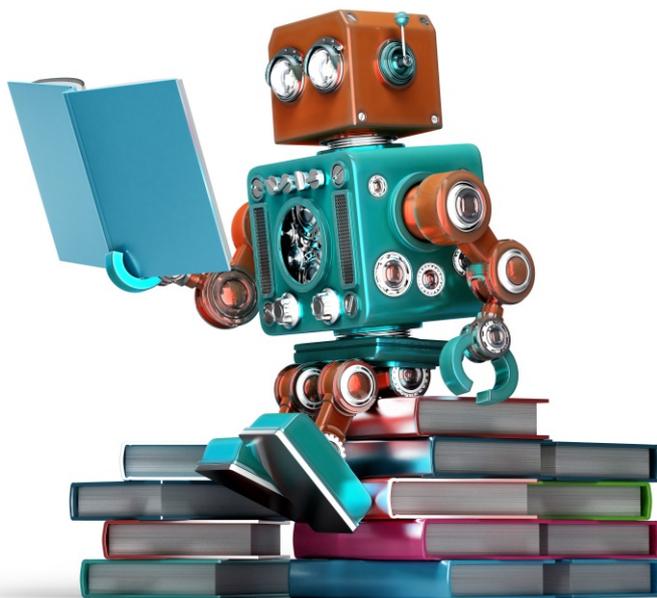
Protocolos



+Vantagens

outubro 2019

www.fne.pt



	LOCALIZAÇÃO	DESCONTO ASSOCIADO
 <p>Brendan Snyder Unipessoal</p>	Porto	50% desconto na inscrição dos cursos intensivos 10% desconto nas mensalidades dos cursos anuais 15% desconto nas mensalidades para uma nova língua nos anos letivos seguintes
 <p>Cambridge School, SA</p>	Em todas as Escolas pelo País	10% nas mensalidades de Inglês, Francês e Alemão para além dos descontos de trimestre e anual, mencionados na tabela de preços
 <p>PAULA FRASSINETTI</p> <p>Escola Superior de Educação Paula Frassinetti</p>	Porto	Nos Cursos do 1º Ciclo - desconto de 5% na inscrição, mensalidade e anuidade; Nos Cursos do 2º Ciclo - desconto de 5% na inscrição, mensalidade e anuidade; Nos Cursos de Pós-Graduação - desconto de 5% na candidatura, na inscrição mensalidade

LOCALIZAÇÃO

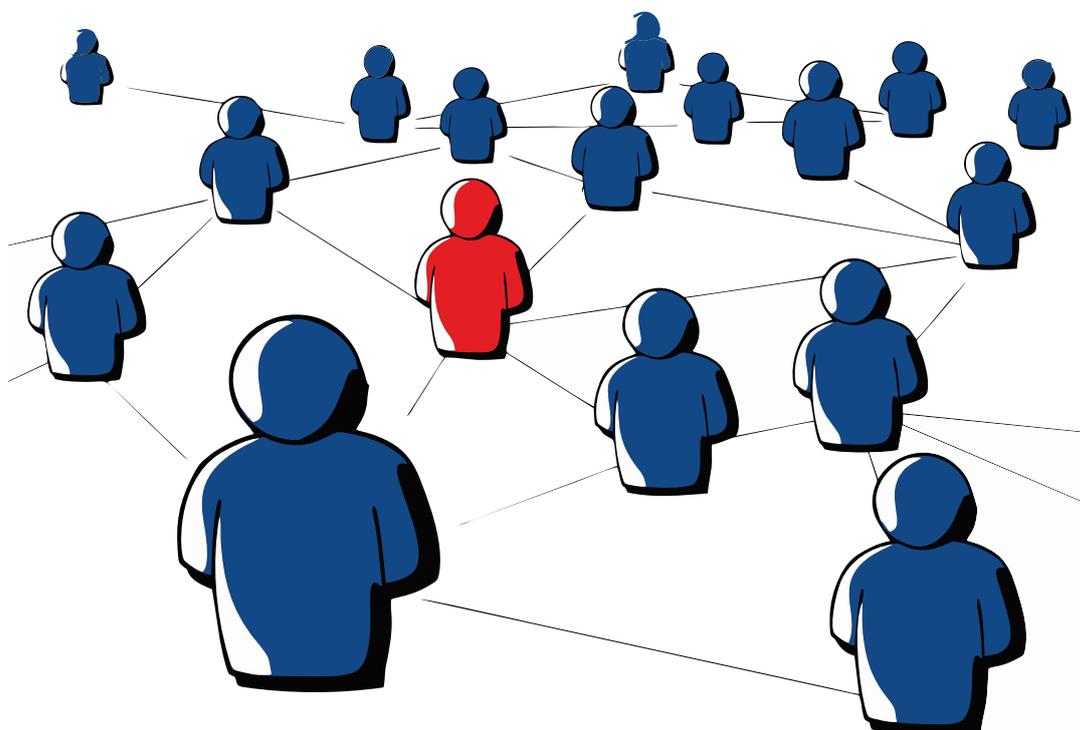
DESCONTO ASSOCIADO



Todo o País

Fundo coletivo, destina-se a colher as contribuições dos participantes e da própria Federação, capitalizando-as para a reforma até à idade de 60 anos de cada participante

Montepio Geral
Associação Mutualista



Consulte + vantagens na nossa página de facebook

www.facebook.com/fneduca

FICHA TÉCNICA
NOVEMBRO 2019

proprietário
Federação Nacional da Educação

diretor
João Dias da Silva

editor
Pedro Barreiros

produção de conteúdos
Joaquim Santos e Tiago Soares

secretariado
Teresa Morais

sindicatos membros
Sindicato dos Professores da Zona Norte *
Sindicato dos Professores da Zona Centro *
Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo * Sindicato

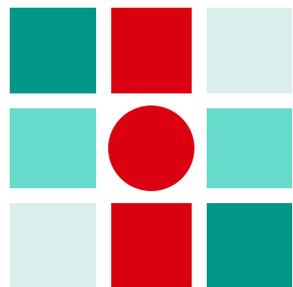
Democrático dos Professores do Sul * Sindicato Democrático dos Professores dos Açores * Sindicato Democrático dos Professores da Madeira * Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusiadas * Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte * Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro * Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas

tesoureiro
Joaquim Fernandes

redação
Rua Pereira Reis, 399 * 4200-448 Porto *
tel. 225 073 880 * fax. 225 092 906 *
secretariado@fne.pt

produção gráfica e paginação
Rafael Marques e Tiago Soares





CONSULTA NACIONAL 2019

EDUCAÇÃO INCLUSIVA



Lisboa – Novotel
5 dezembro 2019

PROGRAMA

14h30m – Abertura

Fátima Carvalho, Coordenadora do Grupo de Trabalho da FNE sobre educação inclusiva
Jorge Santos, Presidente da Mesa do Congresso e do Conselho Geral da FNE

15h00m – Apresentação do estudo elaborado sobre a aplicação do Decreto-Lei nº 54/2018

Fátima Carvalho, Gabriel Constantino, Paulo Fernandes, José Carlos Lopes, Paula Martins, Alcino Silva

17h30m – Encerramento

João Dias da Silva, Secretário-Geral da FNE